

Ligações perigosas envolvem Dias Toffoli e Davi Alcolumbre

Voo em jatinho com advogado de investigado e presente vindo de alvo da PF

Por Beatriz Matos

A relação de autoridades públicas com investigados em casos sob sua esfera de atuação reacendeu o debate sobre conflito de interesses e fragilidades nos mecanismos de integridade do Estado brasileiro.

Dois episódios recentes — envolvendo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) — exemplificam como aproximações pessoais, viagens e recebimento de benefícios podem comprometer a confiança da sociedade no Judiciário e no Legislativo. Especialistas ouvidos pelo Correio da Manhã apontam riscos institucionais e defendem maior rigor na transparência.

Voo em jatinho

Relator da investigação sobre fraudes financeiras do Banco Master, o ministro Dias Toffoli viajou em um jatinho particular ao lado de advogados ligados ao caso. A informação foi revelada pelo jornal O Globo. O ministro embarcou para Lima no dia 28 de novembro para assistir à final da Taça Libertadores. No mesmo voo estavam Luiz Oswaldo Pastore, empresário que forneceu a aeronave, e Augusto Arruda Bo-



Roque de Sá/Agência Senado

Casos de Alcolumbre e Toffoli expõem conflitos éticos nos poderes

telho, ex-secretário nacional de Justiça e advogado de Luiz Antonio Bull — diretor de Compliance do Master e preso na operação que levou Daniel Vercaro, presidente do banco, à cadeia. O ex-deputado Aldo Rebelo também estava na aeronave.

Dois dias após o retorno a Brasília, Toffoli impôs sigilo máximo ao processo e concentrou em seu gabinete todos os desdobramentos da investigação. A pessoas próximas, o ministro afirmou que é amigo de Pastore há

anos e que não mantém relação de proximidade com Botelho. O Correio da Manhã entrou em contato com a assessoria do STF questionando, mas não obteve retorno.

Para o mestre em Ciência Política Felipe Rodrigues, situações como essa reacendem o problema histórico do patrimonialismo. “Quando há proximidade com investigados e benefícios privados, a independência fica comprometida. A legitimidade das decisões passa a ser vista com

suspeita”, afirma. Segundo ele, no caso do Judiciário, o dano é ainda maior, pois a única fonte de legitimidade de um magistrado é sua autoridade moral e técnica.

Mounjaro

Outro episódio envolve o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Mensagens reveladas pelo UOL mostram que, em agosto de 2024, ele recebeu canetas de Mounjaro — medicamento para emagrecimento então restrito e naquele momento

vendido somente no mercado paralelo — enviadas por Roberto Rodrigues, conhecido como Beto Louco.

A substância só seria liberada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em junho de 2025. A PF aponta Beto Louco como líder de um esquema de fraudes em combustíveis e lavagem de dinheiro, investigando ainda possíveis vínculos com postos ligados ao PCC. Ele está foragido e é alvo das operações Carbono Oculto, Tank e Quasar. A assessoria do presidente do Senado não respondeu aos questionamentos desta matéria.

Para o professor de direito Rafael Durand, receber um benefício caro e de acesso restrito de um investigado coloca a autoridade em “zona de incompatibilidade ética”.

“Mesmo sem prova de contrapartida, o risco institucional é objetivo. Presentes de investigados para quem define pautas legislativas fragilizam os freios e contrapesos”, avalia.

Rodrigues reforça que casos assim alimentam o cinismo cívico. “A sociedade passa a enxergar um sistema promíscuo, em que autoridades operam com regras próprias. Isso corrói a confiança e abre espaço para discursos antidemocráticos.”

União Brasil expulsa Celso Sabino

O ministro do Turismo, Celso Sabino, foi expulso do União Brasil nesta segunda-feira (8) após descumprir a ordem do partido para que os filiados com cargo eletivo deixassem o governo Lula (PT).

O desembarque da sigla foi decidido em setembro deste ano e mirou principalmente Sabino, já que preservou os indicados do partido que não têm mandato, como dirigentes de estatais.

Mudou de ideia

A expulsão ocorre após uma sequência de ameaças de saída do paraense da sigla, que chegou a entregar uma carta de demissão ao presidente da República, mas depois mudou de ideia e ficou no cargo.

No final de novembro, o Conselho de Ética do União Brasil decidiu recomendar a expulsão do ministro e dissolver o diretório do Pará, do qual Sabino era presidente, além de nomear uma comissão provisória no lugar.

A reunião para oficializar a expulsão foi realizada nesta terça pela cúpula da sigla.

Após o anúncio, Sabino foi às redes sociais comentar a saída e disse que sua expulsão foi feita por se manter no governo e por “ajudar o Pará”.

Ele agradeceu a amigos feitos na sigla e usou o vídeo para reforçar sua pré-candidatura ao Senado em 2026.

“Continuo acreditando que foi uma decisão equivocada, injusta. Intervieram no diretório do estado do Pará sem que o diretório tivesse feito nada, nenhuma infração regimental, descumprido qualquer tipo de determinação do partido. Uma decisão injusta e imputo até como absurda”, declarou.

“Minha exclusão do quadro deu-se pelo fato de eu continuar ajudando o Pará. De eu continuar trabalhando no Ministério do Turismo, servindo ao Brasil e optando pela escolha que eu entendo e a grande maioria dos bra-

sileiros entendem também que é o melhor projeto para o país que é o projeto comandado pelo nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, disse.

Federação

O União Brasil e o Progressistas resolveram deixar de apoiar o governo Lula depois que os dois partidos se uniram em federação, a Federação Progressista.

Celso Sabino, no entanto, articulou sua permanência na gestão, principalmente pela expectativa de sua participação na execução da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, (COP30), que estava prestes a ocorrer no Pará, seu estado. Ele é deputado federal licenciado e o evento era um de seus principais palanques.

Apesar da negociação, o partido determinou que Sabino deveria abandonar o cargo ou seria expulso da sigla.

Mariana Brasil (Folhapress)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Celso Sabino não aceitou a imposição para deixar o governo